

A colonização e a grilagem no Rio Grande do Sul no século XIX

Cristiano Luís Christillino

Doutorando em História – UFF

e-mail: christillino@hotmail.com

Resumo

No Rio Grande do Sul as conturbações políticas, motivaram os investimentos da Coroa em colônias de povoamento. Mas, se por um lado a imigração esteve na base de um projeto do Governo Central, em criar uma base de apoio alternativa aos milicianos gaúchos, por outro, a expansão do complexo colonial foi conduzida, e disputada, pela elite local interessada no comércio de terras. A colonização intensificou a grilagem na Província, à medida que ela avançava, crescia o número de fraudes em torno da apropriação das terras públicas. Este processo concentrou um grande patrimônio fundiário nas mãos de alguns agentes da colonização.

Palavras-chave

Colonização, elite fundiária e mercado de terras

1 Introdução

A Província do Rio Grande do Sul recebeu o maior número de colônias de povoamento, ao longo do Segundo Reinado, processo que transformou consideravelmente a paisagem rural sul-rio-grandense e sua configuração política e econômica ao longo desse período. O tema recebeu a atenção da historiografia local, que analisou a imigração a partir da complexa conjuntura histórica do Império Brasileiro. Alguns trabalhos mostram que a imigração cumpriu um importante papel no Rio Grande do Sul, ao criar e expandir uma base de apoio político alternativo a elite regional. A maioria das despesas, com a introdução de imigrantes e seu estabelecimento nas colônias, era custeada pela Província, cujos recursos foram aprovados pelos representantes das forças locais, na Assembléia Provincial. Além disso, 87% das colônias criadas na Província, ao longo do Segundo Reinado, eram de iniciativa particular. Desta forma, o projeto político da Coroa foi incorporado e assumido por uma parcela da elite sul-rio-grandense, interessada na colonização.

O processo de expansão da colonização é indissociável da questão da grilagem das terras públicas. Entendendo-se aqui como grilagem a apropriação de terras alheias, no caso públicas, cujo título de propriedade era falsificado. O avanço da área colonial propiciou uma grande valorização das terras próximas aos primeiros núcleos. Logo, as Companhias de Colonização, os comerciantes e os fazendeiros iniciaram a comercialização de terras aos imigrantes. Um negócio lucrativo que incentivou a uma verdadeira corrida em busca de terras que propiciassem a venda e/ou compra de lotes. Neste contexto, grande parte das terras públicas, dos municípios nos quais foram criadas colônias de imigração, passou para as mãos dos colonizadores, sem qualquer tipo de intervenção dos órgãos públicos. Neste sentido, a propomos discutir os interesses da elite gaúcha em torno do processo imigratório, e a sua relação com a intensificação da grilagem na Província.

2 A política imigratória no Brasil

A entrada de imigrantes no Brasil, por iniciativa oficial, remonta a emancipação política em 1822. Dom Pedro I reforçou os seus batalhões através da introdução de

mercenários europeus, especialmente alemães. A Colônia de São Leopoldo recebeu um grande número destes soldados, que recebiam lotes de terras como pagamento pelos serviços prestados. Na década de 1820, o Major Von Schaefer embarcou muitos soldados como colonos nos portos alemães. A Lei do Orçamento de 1831, quando foram suspensos os créditos para a imigração estrangeira, acabou, inclusive, com muitos dos incentivos destinados às colônias existentes. A Lei do Orçamento e as revoltas do período regencial impediram a continuação da colonização, na década de 1830. Em meados dos anos 40, quando foi retomado o processo imigratório, a conjuntura política, econômica e social brasileira havia se transformado, consideravelmente, em relação aos primeiros anos de existência do Estado brasileiro. Os objetivos em torno da imigração européia também mudaram. A criação da Guarda Nacional e a resolução das principais revoltas ocorridas em diversos pontos do país suprimiram, mesmo que parcialmente, a necessidade da introdução de um maior contingente de soldados, não sendo, assim, o fulcro da imigração.

O ponto central da política imigratória no Segundo Reinado era a transição ao trabalho livre nas lavouras agro-exportadoras. A chamada “crise de braços” foi intensificada com a Lei Eusébio de Queiroz. A proibição do tráfico negreiro não permitia mais as renovações periódicas dos plantéis escravistas. A alternativa encontrada foi a introdução de colonos europeus, e criar um novo sistema de trabalho: o de parceria. O seu precursor foi o Senador Vergueiro, que o introduziu em sua Fazenda Ibicaba, no interior paulista, em 1846. Os relatórios do Ministério da Agricultura, das sociedades agrícolas do período e dos discursos da Câmara dos Deputados eram constantes a defesa da introdução da mão-de-obra européia como forma de “salvar” a agricultura nacional. A Lei de Terras determinou que os recursos provenientes das vendas de terras públicas seriam investidos na imigração. O incentivo a imigração neste período, no entanto, não pode ser reduzido ao viés explicativo da “crise de braços” das lavouras agro-exportadoras. Houve uma conjuntura complexa na qual a imigração seria defendida como solução aos problemas do Império.

Predominava no discurso acadêmico a questão da eugenia. Termo criado por Francis Galton (1822-1911), que assim o definiu: “O estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja

física ou mentalmente”¹. Hipólito da Costa, Domingos Jaguaribe Filho, João Cardoso de Menezes e Souza, Oliveira Viana, Miguel Couto, entre outros, adeptos de Galton, defendiam a idéia da supremacia racial, para o melhoramento da “raça” brasileira através “cruzamentos étnicos”. Conseqüentemente, eram defensores à entrada de imigrantes europeus, conquanto, não aceitavam nem o negro, nem o índio, assim como, a introdução de imigrantes asiáticos, pois estes, também, eram considerados “raças” inferiores. A vinda do europeu era considerada como a única forma de “melhorar a sociedade brasileira”. Em 1846, o então Conde de Caxias, Presidente da Província do Rio Grande do Sul ao discutir o processo imigratório, dizia que: “não quereis sem dúvida povoar com negros”².

Ao longo do século XIX, a grande tensão em torno das revoltas escravas, e com o episódio do Haiti em 1840, alerta o continente americano para a possibilidade de rebeliões cada vez maiores e mais freqüentes, que viessem desestabilizar o poder da camada dirigente. No Brasil, durante o Período Regencial, pode-se citar revoltas, como a da Balaiada no Maranhão, entre 1838 e 1841; a Cabanagem no Pará, entre 1835 e 1840; a Revolta dos Malês na Bahia em 1835, uma grande rebelião de escravos muçulmanos que tinham por objetivo fundar uma monarquia muçulmana, mostrou que o episódio do Haiti poderia ser repetido. Da mesma forma, os estudos sobre a escravidão mostram que este sistema foi marcado pelos conflitos e insubordinações que levou muitos dirigentes políticos e intelectuais a aderirem à defesa de uma lenta e gradual abolição da escravatura. Os jornais da época também expressavam esta situação, revelando o pânico gerado nas camadas dirigentes em função dos crescentes atos de insubordinação escrava, o chamado *medo branco*.

Os trabalhos inspirados em Thompson revelaram outra face do escravismo, mostrando que a relação entre o senhor e o escravo era marcada pela tensão, o que vai levar o proprietário a buscar uma mão-de-obra alternativa. Nesta mesma direção teórica, os estudos sobre o campesinato mostram que a relação do homem livre e pobre com os

¹ Apud: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

² CAXIAS, Conde de. *Relatorio com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1.o de março de 1846, o exm.o sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia*. Porto Alegre, Typ. de I.J. Lopes, 1846, p. 14.

grandes fazendeiros não estava restrita à submissão³. A resistência deste grupo, frente à expropriação da terra e as condições de trabalho, também reforçam a busca pela imigração. Ao contrário dos que defendem que o imigrante foi preferido ao homem livre nacional, em função das suas aptidões no trabalho, percebe-se que, antes disso, a insubmissão deste último explica esta opção.

A maioria dos estrangeiros entrados no Brasil foi enviada às grandes lavouras paulistas e fluminenses. Uma pequena parcela foi destinada às lavouras canavieiras do nordeste. No entanto, uma fração significativa dos imigrantes foi estabelecida em colônias de povoamento. Essas colônias, num primeiro momento, tiveram a função de abrigar os soldados estrangeiros, contratados para reforçar os batalhões do Imperador. Ao longo do Segundo Reinado, além da conjuntura anteriormente descrita, essas colônias tiveram a função de reforçar o abastecimento de alimentos ao mercado interno. Neste sentido foram criadas as colônias Dom Pedro II no município mineiro de Juiz de Fora, em 1856 e a Colônia Santa Tereza em 1874, na Província do Espírito Santo. Em relação à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a questão do abastecimento não constituía um problema capaz de impulsionar o processo imigratório. A escassez de alimentos aparece nas correspondências das Câmaras Municipais e nos relatórios de presidentes de Província, resultante das estiagens, especialmente durante as secas de 1865 e de 1877. Por outro lado, os lucros obtidos pela produção sul-rio-grandense não possibilitavam a introdução de colônias de parceria.

As exportações gaúchas estavam pautadas, principalmente, no charque, nos rebanhos muares e cavalares e na erva-mate, comercializada nos países platinos. Em seu Relatório de 1854, o presidente da Província João Lins Cansanção de Sinimbu, chamava a atenção ao fato de que a produção gaúcha, cujos lucros eram reduzidos, em relação às atividades cafeeiras e açucareiras, não suportaria o sistema de parceria, propugnava por um sistema de pequenas propriedades⁴. Além do que, a extração de erva-mate e a pecuária já contavam com a mão-de-obra do homem livre e pobre nacional. O problema estava nas lavouras das áreas florestais, cujos produtos também não viabilizariam o

³ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo do Estado, 1998.

⁴ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 25.

estabelecimento de colônias de parceria. A mão-de-obra livre nacional encontrava, nas terras devolutas, uma alternativa a este trabalho.

Uma parcela da historiografia acredita que a questão da fronteira poderia estar no centro da política imigratória na Província do Rio Grande do Sul. Esta região foi palco de grandes conflitos pela demarcação dos limites brasileiros e uruguaios, e pelos choques de interesses entre a elite gaúcha e parte da sociedade política uruguaia. Mas a colonização, ao longo do Período Imperial, não foi direcionada a área fronteira. A frustração da fundação da Colônia São João, na fronteira missioneira mostrou a inviabilidade da colonização em locais distantes dos mercados e as terras da Campanha já estavam apropriadas pelos pecuaristas milicianos do Rio Grande do Sul. A fundação de uma colônia implicaria na desapropriação de alguns latifúndios. Esta prática seria politicamente inviável. As Câmaras Municipais desta região não apoiavam a introdução de colônias de imigração, isto se observa nas correspondências das Câmaras Municipais de Alegrete e Santana do Livramento.

Por outro lado é preciso levar em consideração a questão ambiental. Os recursos naturais da Região da Campanha impunham três obstáculos à fundação de uma colônia no século XIX. Os campos desta região apresentavam uma baixa fertilidade, acentuadas pela acidez do solo, não possibilitavam a prática da coivara, a mais utilizada neste período. A agricultura nestes campos implicaria na adubação da terra, e o volume de esterco de gado necessário a esta fertilização, não seria obtido através dos pequenos rebanhos dos colonos. Estas planícies apresentavam sérios problemas quanto a as reservas de água. Os fazendeiros da Campanha amenizavam este problema deslocando seus rebanhos aos locais próximos dos cursos de água mais perenes. Esta solução não seria possível aos colonos que viessem aí se estabelecer. Se os que se fixaram na região serrana dispunham de uma rica hidrografia, essa sorte não era encontrada na Campanha Gaúcha, na qual uma parte dos colonos, que aí viessem se estabelecer estaria a quilômetros de distância do primeiro curso de água. Finalmente, a ausência de outro elemento fundamental ao desenvolvimento de uma colônia: a madeira, recurso essencial ao estabelecimento do colono à terra. Era a madeira que garantia a construção de casas, galpões e cercados. Da mesma forma era utilizada como combustível doméstico e na confecção dos mais variados utensílios empregados no cotidiano rural. Em 1876, o

Presidente da Província José Antonio de Azevedo Castro, expôs o projeto de criação de uma colônia no Município de Triunfo. O Presidente aconselhava a sua localização nas margens do rio Taquari, e não nas proximidades da Vila de Triunfo. Segundo o Relatório de 1876, ficou registrado por este Presidente, que aquele local, além de ser mais fértil, era abundante em madeiras, algo que não seria encontrado nas cercanias desta Vila, e poderia comprometer o futuro da colônia proposta. Desta forma as condições políticas e ambientais não permitiram a introdução de uma colônia na Campanha, logo a questão da fronteira é secundária na compreensão do processo imigratório nesta Província.

As instabilidades políticas do Rio Grande do Sul fizeram com que o processo imigratório assumisse outro. As conturbações da estremadura meridional do Império logo despertaram uma atenção especial por parte da Coroa. O território gaúcho foi palco de intensos conflitos pela afirmação da fronteira. A elite miliciana estabelecida na pampa brasileira era fundamental a manutenção das fronteiras. Sua ligação com o Prata, e seus restritos vínculos com o Império Brasileiro, fazia com que o centro dedicasse uma atenção especial a esta Província. A resolução da Revolta Farroupilha, originada pela insatisfação da elite da Campanha contra a Regência, foi a expressão política da Coroa no Segundo Reinado. A pacificação deste conflito foi tratada de uma maneira diferenciada em relação as demais revoltas. Além de se tratar de uma revolta comandada unilateralmente pela elite local, ao contrário de outras revoltas que acabaram nas mãos das camadas populares, as milícias gaúchas eram imprescindíveis à hegemonia brasileira no Prata⁵. Se por um lado era preciso estender um tratamento diferenciado a esta elite, por outro era necessário neutralizá-la politicamente. A imigração, neste contexto, representaria uma base de apoio alternativa aos estancieiros da Campanha.

⁵ FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.

Nos relatórios de presidentes de Província, foi expressa a preocupação com as posições políticas dos imigrantes, especialmente em torno da sua obediência ao regime monárquico:

O povo está pois educado em um systema de obediencia e direi, admittindo-se-me a expressão, de governabilidade, que o torna ainda mesmo nos paizes de instituições livres da América, um precioso elemento de ordem e de trabalho no meio de suas populações ruidosas e desabusadas das ficções governamentaes. Se as circumstancias peculiares do centro em que vivem as populações germânicas, imprimem-lhes esta educação social, o fundo do character da nação não a repelle, sujeita-se e amolda-se á ella... Se precisamos mais de braços do que idéias, devemos preferir os povos da raça germanica para a colonização⁶.

Neste trecho, o Presidente Francisco Xavier da Cunha mostra a preocupação do Governo provincial em colonizar o Rio Grande do Sul com imigrantes afeitos ao regime político existente. O objetivo seria constituir um grupo social que integrasse a base de apoio do Governo Central e, por extensão, ao Provincial, para evitar as conturbações políticas. Um grupo neutro às contendas sul-rio-grandenses, isolando, progressivamente, a elite gaúcha. A Colônia de São Leopoldo, durante a Guerra dos Farrapos, permaneceu, em sua maior parte, indiferente à causa dos revoltosos.

A elite política tradicional do Rio Grande do Sul não tardou a criar barreiras ao avanço da colonização. Os mais de cinco mil imigrantes que entraram na Província entre 1824 e 1829, mostraram que a continuação deste processo de colonização rapidamente deslocaria o eixo econômico e político da Província da Campanha à colônia, caso fosse dada continuidade àquele ritmo da imigração. Contemporâneos do período caracterizaram esta preocupação como o “perigo alemão”. Segundo Von Hering, “para os proprietários brasileiros que se consideravam donos da terra, um povoamento maciço com estrangeiros poderia por em perigo a supremacia política da população nativa (Perigo Alemão)”⁷. Pressionado, apesar de ser favorável a imigração, D. Pedro I, se vê levado a assinar a Lei de 15 de dezembro de 1830, na qual o governo se compromete em vedar gastos com a emigração e colonização estrangeira

⁶ CUNHA, Francisco Xavier da. *Relatório da inspetoria Geral das Colônias apresentado ao illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha Vice-Presidente da Província pelo Inspetor Geral das Colônias Francisco Xavier da Cunha*. Porto Alegre: Tiphografia do Rio-Grandense, 1866, p. 16.

⁷ Apud: AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924*. Tradução: Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999, p. 80.

A conjuntura política provincial do período posterior a Farroupilha mudou significativamente em relação ao Primeiro Reinado. A elite política tradicional saiu enfraquecida desta guerra civil. A longa duração do conflito reforçou a retomada do processo de colonização imigrante. Esta foi a saída encontrada ao restabelecimento do equilíbrio político na Província⁸. Mas este projeto não seguiu, necessariamente, um programa político partidário, mesmo que estivesse na base do ideal liberal, como nos mostra Fernando Henrique Cardoso⁹. No Rio Grande do Sul observamos que o Partido Conservador esteve mais próximo do projeto de colonização. A Região da Campanha era o reduto Liberal da Província. Seus líderes, especialmente o General Osório, tinham sérias restrições à imigração, conforme o que está expresso na sua documentação pessoal.

O Jornal “A Reforma”, órgão ligado ao Partido Liberal no Rio Grande do Sul criticou duramente o projeto de colonização ao longo das décadas de 1870 e 1880. A Reforma denunciou os riscos que a germanização das regiões colonizadas poderiam trazer a Província, no contexto de afirmação do Império Alemão e de sua inserção no colonialismo. Esta posição do Partido liberal gerou um forte impacto sobre a imigração na Província, com a diminuição das verbas destinadas a colonização. O volume de recursos aprovados em 1880 era inferior a um terço daquele aprovado em 1870¹⁰. E este volume de recursos diminuiu drasticamente ao longo dos anos 80. Mas a presença de imigrantes na Província já era suficientemente forte para mudar a sua configuração política. Embora a elite política sul-rio-grandense tradicional tivesse maioria das cadeiras do Parlamento e na Assembléia Provincial, ela teve que negociar o apoio da base colonial para as suas eleições e atender algumas das suas reivindicações. A Lei Saraiva de 1881, ampliou consideravelmente o eleitorado das áreas coloniais, ao permitir o voto aos não católicos, ao mesmo tempo em que restringiu o número dos “eleitores da terra”, na medida em que vedava o voto aos analfabetos.

O projeto político em torno do processo imigratório do Governo Imperial, para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, permite entender o empenho do mesmo na fundação e desenvolvimento da Colônia de São Leopoldo e, mais tarde, das quatro

⁸ CUNHA, Jorge Luís. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁰ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, vol. 1.

colônias de imigração italiana (Caxias, Conde d'Eu, Princesa Isabel e Silveira Martins). Da mesma forma podemos compreender o esforço dos presidentes de província neste processo. Mas por outro lado, é preciso levar em conta os interesses da elite sul-riograndense, sem os quais, a colonização não teria a mesma expansão. Entre 1850 e 1889 foram criadas 250 colônias de imigração no Brasil¹¹, sendo que 28% delas, foram estabelecidas em solos gaúchos. Esta cifra mostra que o Rio Grande do Sul foi a Província na qual houve a maior expansão colonial do Brasil, no século XIX. Entre 1850 e 1880, foram criadas 69 colônias de imigração na Província, das quais 87% eram de iniciativa particular. A Coroa deu o primeiro passo, ao fundar a Colônia de São Leopoldo em 1824. A presidência da Província teve um papel importante na introdução dos 147.943 imigrantes ao longo do período imperial. Mas era a Assembléia Provincial quem aprovava os orçamentos, nos quais foram destinados uma importante parcela dos seus recursos a imigração. As câmaras de vereadores disputavam o estabelecimento de colônias de imigração nos seus municípios. Neste sentido é preciso investigar os interesses da elite sul-riograndense no processo imigratório.

3 Os municípios gaúchos e a imigração

A elite gaúcha não era homogênea, como também não eram coesos os seus interesses em torno do processo imigratório. Salienta-se, em primeiro lugar, as diferenças regionais, para depois então discutir as possíveis vantagens que os diferentes segmentos deste grupo poderiam obter através da expansão do processo imigratório. Na década de 1850, o Rio Grande do Sul, estava dividido num número reduzido de municípios. Utilizamos, para esta análise, a seguinte divisão da Província: Campanha, Depressão Central, Planalto e Serra. A Campanha é o espaço localizado a sudoeste do Rio Grande do Sul, composta por campos. Esta região foi a última a ser integrada, plenamente, ao território luso-brasileiro, e suas terras foram imediatamente concedidas aos milicianos locais, constituindo, a princípio, grandes latifúndios. Nesta região não havia matas devolutas nas quais o Governo pudesse estabelecer colônias. A elite pecuarista da Campanha possuía fazendas no Uruguai, uma parcela desta também se dedicava não só

¹¹ GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 28.

ao comércio de gado como ao de charque. Embora a pecuária estivesse enfrentando problemas com os preços do gado e do charque, os fazendeiros da Campanha tinham a opção do contrabando de gado ao vizinho Uruguai. Estes latifundiários articulados em torno da pecuária e do comércio de rebanhos e de charque não estavam interessados na fundação de colônias. As atividades econômicas desta região não exigiam dos seus homens de negócios a busca de novas alternativas. Esta não foi à mesma sorte da elite dos municípios da região serrana.

Os municípios que compreendiam esta região, especialmente Taquari e Rio Pardo, tinham suas economias assentadas, principalmente, em torno do comércio e da erva-mate. Esta atividade era realizada em meio à floresta nativa, em sua grande maioria terrenos devolutos. Era utilizada a mão-de-obra dos *ervateiros*, que eram homens livres e pobres que estavam arranchados nos ervais, onde consorciavam a lavoura de subsistência com a extração da erva-mate. Esta foi a base econômica da ocupação das áreas florestais, cuja atividade empregava um grande número de pessoas. Em 1854, o Presidente da Província, João Lins Cansanção de Sinimbú, já expunha a crise do setor, denunciando a falsificação do produto com folhas de outras árvores, o que vinha provocando a perda de mercado do produto sul-rio-grandense junto aos países platinos. Além do comércio de erva-mate estar em estagnação, os negociantes do produto, os “donos” dos ervais, estavam perdendo o controle sobre estas áreas, quando o *mato havia se transformado numa questão social*¹². Esta atividade estava quebrando todo um ciclo de poder estabelecido desde a ocupação da região.

A agricultura voltada ao abastecimento de alimentos ao mercado interno da Província passava por grandes dificuldades. Não havia condições para as grandes plantações competirem com as pequenas lavouras de mão-de-obra familiar, seja ela dos posseiros nacionais ou da colônia imigrante. Esta última trouxe um forte impacto sobre a grande lavoura, que em parte estava baseada na mão-de-obra escrava. O rendimento da pequena lavoura era maior, em função da mão-de-obra familiar empregada, cujo estímulo era um diferencial em relação ao trabalho escravo e ao de parceria empregado nas fazendas. A fronteira agrária aberta nas áreas florestais devolutas e as oportunidades propiciadas pelo trabalho na extração de erva-mate afastavam cada vez mais os homens

¹² CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: Lei de Terras, imigração e exclusão dos posseiros no Vale do Taquari*. São Leopoldo: OIKOS/ Ed. da UNISINOS, 2008.

livres dos roçados de parceria nas fazendas da região. A produção das terras florestais da região serrana portanto, faziam com que a elite destes municípios buscasse uma fonte alternativa de renda, capaz de transformar um capital simbólico, a terra, em um capital monetário. A imigração se encaminhava em direção aos vales férteis dos rios Pardo e Taquari.

As regiões da Depressão Central e do Planalto apresentavam características semelhantes em vários aspectos, como econômicas. Na primeira região estavam assentados os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Maria. Sua cobertura vegetal era caracterizada pela presença de campos e de áreas florestais. A economia desta região girava em torno do gado e da produção de alimentos, atividade explorada nas pequenas chácaras próximas as suas respectivas vilas, e também em posses nas áreas serranas destes dois Municípios. A preocupação da elite local centrava-se na “segurança de propriedade”. Estas Câmaras enviaram vários ofícios a Presidência da Província relatando casos de abigeato e de outros crimes, ocorridos, principalmente, ao longo das estradas. A Colônia Santo Ângelo, fundada em Cachoeira do Sul em 1856, se localizava próxima ao rio Jacuí, num dos mais importantes locais de passagem deste rio. Ao longo da década de 1870 foi aberto um novo caminho entre Santa Maria da Boca do Monte e Cruz Alta, a chamada estrada do Pinhal. Logo após a sua abertura, foram concedidos lotes coloniais na parte serrana desta estrada, nas quais os “matos devolutos” não permitiam um trânsito seguro.

O Planalto também enfrentou problemas no que diz respeito ao sossego de suas estradas. Seu único município era Cruz Alta, que foi o maior município do Rio Grande do Sul nas décadas 50 e de 70. Sua ocupação, no início do XIX, ocorreu em torno das áreas de campo. Já no período posterior a Farroupilha, as terras de ervais foram apropriadas rapidamente pela elite pecuarista. Um grande número de proprietários locais declarou a posse de terras de campo, obtidas por título, nos registros paroquiais de terras, juntamente com as posses de matos, nos ervais, contíguos as suas fazendas. Outra parte significativa das declarações eram posses, estabelecidas também sobre os “matos e ervaes” de Cruz Alta. A erva-mate era a principal fonte de lucro deste Município¹³, e a rápida apropriação dos ervais (mais de 60% das posses declaradas foram ocupadas entre

¹³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

1848 e 1850), e sua conseqüente grilagem¹⁴, mostram a valorização sofrida por estas áreas. Mas a elite ervateira vinha, progressivamente, perdendo o controle sobre os ervais. Assim como nos municípios serranos, em Cruz Alta o *mato* se transformou numa *questão social*. Isto, somado aos constantes problemas de insegurança nas estradas do município, especialmente nas áreas serranas, leva a sua elite a defender a colonização das terras devolutas.

4 A elite gaúcha e o processo colonizador

O Ato Adicional de 1834 transferiu às Províncias a condução do processo de imigração. As Assembléias Provinciais, ao votarem seus orçamentos, determinariam o volume de recursos destinados a introdução de colonos e aos investimentos nas colônias existentes. Entre quatro as principais regiões do Rio Grande do Sul, três delas solicitaram a instalação de colônias de imigração em seus respectivos municípios. As Câmaras Municipais, e a Assembléia Provincial, além da influência do ideal de modernização atribuído ao imigrante, e a eugenia, estavam preocupadas com a insegurança nas suas estradas. Isto enquanto instituição, pois a elite que ocupava as suas cadeiras tinha outros interesses mais. Entre estes, destacam-se aqueles ligados aos comerciantes. Estes geralmente estavam representados nas Câmaras e mantinham ligações com a Assembléia Provincial, e geralmente constituíam as maiores fortunas dos seus municípios. Os comerciantes, no geral, tinham um armazém e ao mesmo tempo negociavam os produtos dos seus clientes, estabelecendo vínculos com as casas de negócios de Porto Alegre, ou de outras regiões.

Pedro Múchel, imigrante prussiano naturalizado, se instalou inicialmente em São Leopoldo, e migrou no início da década de 1860 para a Vila de Taquari, onde estabeleceu uma casa de comércio, além desta ele atuou em várias outras atividades. Foi um dos

¹⁴ As grilagens já vinham ocorrendo em Cruz Alta desde, pelo menos, a década de 1820, quando a Câmara Municipal denunciou esta prática a Presidência da Província. Já em meados do XIX, os registros paroquiais de terras de Cruz Alta, nos oferecem indícios das grilagens em torno das terras públicas. A Lei de Terras validou as posses realizadas até o ano de 1850. A grande maioria das declarações de posse têm os anos de 1849 e 1850 como o marco inicial de suas ocupações. Isto mostra, que para grilar as mesmas áreas, os declarantes utilizaram o limite temporal para determinar o início de sua suposta ocupação. E mais de 70% das posses, eram sobre os ervais. Como a atividade extrativa não constituía posse, segundo o Regulamento de 1854, estas apropriações eram ilegais.

primeiros a investir no transporte fluvial realizado por *lanchões*¹⁵, pequenas embarcações, que permitiam um transporte mais rápido às pequenas cargas. Múchel também investiu em outra atividade que ainda apresentava boas somas de lucros na década de 1860: o engenho madeireiro¹⁶. Além destes, e do comércio de escravo, do qual participou intensamente, ele comercializou um grande número de terrenos, chácaras e sítios próximos a Vila de Taquari. Na década de 1870, no auge da imigração neste município, Pedro Múchel passou a negociar lotes coloniais, chegando a ser o principal vendedor de terras em muitos dos livros de Tabelionato pesquisados. A venda de lotes isolados, aqueles que não estavam localizados unicamente na mesma linha, picada ou colônia, possibilitaram grandes lucros. Pedro Múchel ocupou durante muitos anos, o cargo vereador e presidente da Câmara Municipal de Taquari, onde intercedeu pelos incentivos às colônias existentes no município e a criação de outras mais, defendendo a extensão dos seus próprios negócios.

Rio Pardo era uma vila que possuía um comércio desenvolvido, em função de sua posição geográfica, desde, pelo menos, a visita de Auguste Saint-Hilaire na década de 1820¹⁷. O porto de Rio Pardo recebia mercadorias de Porto Alegre e Rio Grande para a sua distribuição no longo dos boliches da Campanha, depressão central e planalto, o que lhe proporcionava um dos entrepostos comerciais mais lucrativos da Província. Em Rio Pardo os homens de negócios estavam inseridos no comércio de varejo e, ao mesmo tempo, nos negócios da produção deste município, especialmente o da erva-mate. O comércio de Rio Pardo, no entanto, vinha perdendo espaço. A elevação do Distrito de Cachoeira do Sul a categoria de município, em 1819, consagrou o ponto comercial desta povoação. Além do mais, a abertura de um novo caminho ligando Cruz Alta a Santa Maria e Cachoeira, reduziu consideravelmente o fluxo de comércio deste extenso município com a Vila de Rio Pardo. Desta forma, os negociantes desta Vila buscavam incrementar suas atividades através da inclusão de novas rotas de comércio. O que veio a ocorrer a partir de 1847, com a abertura de um novo caminho que ligaria a Vila ao Planalto. Neste momento a Câmara de Rio pardo já pleiteava o estabelecimento de uma colônia de imigração nesta nova rota de comunicação. Em 1849 foi estabelecida a Colônia Santa Cruz nesta estrada.

¹⁵ Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari. Livro nº 12. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

¹⁶ Registros de transmissões do 1º Tabelionato de Taquari. Livro nº 13. APERS.

¹⁷ SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Ed. do Senado, 2002.

Cruz Alta, por sua vez, era um município excessivamente extenso e a Câmara enfrentava problemas em relação ao atendimento das reivindicações de todos os seus sete distritos. O Distrito do Botucaraí era o mais “sofrido” deles, segundo as atas da Câmara. Desta forma, foi encaminhado a Presidência da Província, em 1856, a proposta de criação de uma colônia neste distrito, nas proximidades da povoação de Soledade, como uma forma de “privilegiar” a população local, “encarecida de progresso e de comércio”. A proposta não foi aceita, mas o seu interesse em contemplar as aspirações comerciais da povoação de Soledade, um ponto importante no caminho ao Campos de Cima da Serra, ficou expressa nesta solicitação.

Porto Alegre cresceu significativamente ao longo do XIX, em função do comércio estabelecido com as regiões coloniais. Os negociantes de Porto Alegre rapidamente se transformaram num dos principais núcleos da elite econômica da Província, ao passo que os negócios em torno do charque vinham declinando. Isto, na medida em que a cidade era o centro comercial de toda a área colonial. A produção da colônia era vendida em Porto Alegre, e os produtos de consumo dos colonos também eram ali adquiridos. Muitos homens de negócios, enriquecidos pelo comércio, passaram a investir nas manufaturas e nas primeiras indústrias¹⁸. O alto escalão da burocracia provincial também se beneficiou das vantagens econômicas propiciadas pela expansão da área colonial. Muitos burocratas da época eram também proprietários de terras em locais nos quais foram fundadas colônias oficiais de imigração. Outros receberam concessões de terras gratuitamente nas proximidades destas colônias para a sua comercialização, quando a Lei de Terras proibia qualquer forma de acesso à terra que não fosse por meio da compra.

A distribuição de terras pelo Presidente de Província, e pelo juiz de paz durante a regência, esteve na base do clientelismo provincial. Em Livramento o juiz de paz distribuiu várias “chácaras” nas proximidades da Vila, nos galhos do arroio Ibicuí. Nos registros paroquiais de Cruz Alta e Livramento constam doações e “ratificações de posses” do presidente da Província, o então Conde de Caxias. Mesmo após a promulgação da Lei de Terras as concessões continuaram a serem feitas. A Colônia Santa Cruz foi fundada em 1849, no município de Rio Pardo. Em 1851 a mesma já havia recebido um considerável número de colonos, e a Assembléia Provincial determinou que os imigrantes que

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

chegassem ao Rio Grande do Sul seriam nela alocados. Em 1851 o Presidente da Província Francisco Soares de Andréa, futuro Barão de Caçapava, realizou 21 concessões de terras, medindo 1.089 hectares cada, na área na qual estava se expandindo a Colônia de Santa Cruz¹⁹. Ou seja, a presidência da Província concedeu, gratuitamente, 22.869 hectares de terras devolutas em 1851, após a promulgação da Lei de Terras, que proibia esta prática. Se a Província vendesse estas terras diretamente aos colonos, a meio real a braça quadrada, que era o valor mínimo determinado pela Lei de Terras, obteria uma receita de, pelo menos, 23:000\$000 réis. Um valor alto diante das próprias receitas provinciais destinadas a imigração, foi repassado a particulares. Pelo menos quatro dos concessionários eram burocratas ligados a presidência da Província. Francisco Cândido de Castro Menezes ocupava o cargo de capitão-tenente da Armada, e foi o encarregado pela demarcação e pela planta da futura povoação de Santa Cruz no início da década de 1850. Peter Kleudgen foi agenciador de imigrantes na Alemanha entre 1851 e 1852, para a sua introdução na Colônia Santa Cruz. Frederico Heydtmann aparece na documentação da Câmara de Cachoeira como engenheiro, responsável por algumas obras, e também trabalhou em projetos da presidência da Província²⁰.

Phillip von Normann chegou ao Rio Grande do Sul em 1848, quando iniciou seus trabalhos como engenheiro, membro influente da comunidade germânica de Porto Alegre, foi encarregado de obras importantes, como é o caso do Teatro São Pedro. Phillip von Normann, declarou nos registros paroquiais duas léguas de terras de mato nas imediações da Colônia Santa Cruz. Além da área concedida do Governo Provincial, Normann ainda adquiriu outras concessões, no lugar denominado Carijo do João Almeida. Esta área, já explorada por ervateiros, seria rapidamente apropriada pela elite local, grileira e interessada no comércio de terras aos imigrantes. Entre os concessionários, aparecem os nomes de Alvaro Soares Andréa e Francisco Soares Andréa, possivelmente filhos do Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa. Eles ainda não haviam recebido títulos, mas seus nomes constam na relação enviada ao Engenheiro Vasconcelos. No entanto, ao percebermos que alguns dos concessionários adquiriram títulos de terceiros, e os comercializaram, como foi o caso de Normann. Assim, provavelmente, os filhos do Presidente da Província comercializaram as suas concessões

¹⁹ CUNHA, 1991, op. Cit., 77

²⁰ Ibidem, p. 78.

antes mesmo de receberem os seus títulos. Numa conjuntura política estruturada sobre o clientelismo, o qual seria o principal elo de ligação entre a população e o Estado Imperial²¹, a imigração despertou os interesses dos burocratas que possuíam prestígio e influência junto a presidência da Província, inclusive do próprio Presidente Soares Andréa. Esta prática não se restringiu apenas a Colônia Santa Cruz.

Rodrigo de Azambuja Villanova foi um burocrata que, mais tarde, também usou seu prestígio para obter favorecimentos em torno do processo imigratório. Villanova pertencia a uma abastada família de Taquari, o que lhe permitiu ingressar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De volta ao Rio Grande do Sul, ele casou com sua prima, Maria Altina Azambuja, filha do Ten. Cel. Primórdio Centeno de Azambuja, fazendeiro e negociante de terras em Taquari. Rodrigo logo entrou na carreira burocrática, ocupando, entre outros, o cargo de chefe da Repartição Especial de Educação. Desta forma em 1867, ainda com 23 anos, ele recebeu do Presidente Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, a concessão de uma légua quadrada de terras em Taquari, nos fundos da Colônia Nova Berlin. Uma curiosa “doação”, na medida em que o jovem burocrata era membro do Partido Conservador, enquanto o presidente era Liberal. Este fato mostra a dinâmica política do período, quando os presidentes liberais precisavam cooptar os opositores nesta conturbada Província, especialmente um membro de uma família de chefes da Guarda Nacional. A preservação do patrimônio público era secundária aos presidentes de Província, enquanto que a cooptação política, base para uma cadeira na Câmara e no Senado, era a característica predominante no meio político da época. Uma dinâmica política na qual o jovem Dr. Rodrigo Azambuja Villanova soube conquistar espaços. Na década de 1870, o mesmo iniciou sua carreira política, elegendo-se deputado provincial por várias legislaturas, chegando a ocupar a Presidência da Província entre 1887 e 1888. Neste período, o Dr. Villanova se empenhou na defesa dos interesses de sua família em torno da colonização do Alto Taquari²². A elite política sul-rio-grandense se beneficiou deste processo.

Em 1852 o Presidente da Província Luís Alves Leite de Oliveira Bello enviou um ofício a Câmara Municipal de Taquari, pedindo informações sobre a localização dos terrenos devolutos apropriados para a fundação de uma colônia de imigração. Em

²¹ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

²² CHRISTILLINO, 2008, op. Cit.

resposta, a Câmara apenas indicou as terras devolutas existentes nas margens do rio Taquari, 14 léguas distantes da Vila, indicando a compra de algumas fazendas por parte da Província, visando a “prosperidade” da futura colônia. Além das fazendas Lajeado e Conventos, também foi indicada a Boa Esperança: “...rodeado de recursos, e que deve ser preferido, e de muita vantagem e comodidade para as colônias é a Fazenda = Boa Esperança = dos herdeiros do falecido Freitas Travassos”²³. A Fazenda Boa Esperança era de propriedade da família do presidente da Câmara de Taquari, o vereador Albino Freitas Travassos. Era uma fazenda abandonada, mas sua venda ao Governo Provincial certamente renderia uma avultada quantia. A disputa em torno da localização da nova colônia ultrapassou o âmbito municipal, e chegou a Assembléia Provincial.

Em 1857 houve uma discussão no legislativo sul-rio-grandense sobre a destinação dos imigrantes que chegassem a Província²⁴. Dois deputados travaram um intenso debate em torno do assunto: o Deputado Manoel Pereira da Silva Ubatuba defendia a destinação dos imigrantes à área medida e demarcada em Taquari, que estava localizada próximo às suas terras, que mais tarde seriam loteadas e comercializadas; por outro lado o Deputado Antonio Joaquim da Silva Mariante defendia que estes imigrantes deveriam ser alocados na Colônia Santa Cruz, que neste momento, 1857, se expandia em direção as suas terras. Ubatuba era um influente burocrata e já havia passado por várias repartições públicas da Província, o que mostra a sua articulação no meio político da época. Desta forma, não foi difícil ao Dr. Ubatuba encaminhar a fundação da Colônia de Monte Alverne, ocorrida em 1859, lindeira a sua sesmaria. Em 1879, Guilherme da Silva Mariante, filho do seu oponente, o Deputado Antonio Joaquim da Silva Mariante, assumiu a direção da Colônia Provincial de Monte Alverne. Guilherme não mediu esforços para a canalização da produção desta colônia ao porto de sua família no rio Taquari, e o transporte ocorria pelo interior de sua fazenda, em plena colonização neste momento, que permitiu uma valorização mais rápida dos lotes coloniais dos Mariante.

As concessões de terras nas proximidades da Colônia Santa Cruz também foram dirigidas à elite política de Rio Pardo. Embora a área de abrangência deste município

²³ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1852 n° 37. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

²⁴ PICCOLO, Helga Iracema L. *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, pp. 155-156.

fosse restrita, na sua Vila estavam radicadas muitas famílias proprietárias de campos na Depressão Central e na Campanha, cuja abrangência política e econômica ia muito além das divisas rio-pardenses. Uma elite influente, e radicada num município que possuía um dos contingentes militares mais tradicionais, e importantes, da Província. Grande parte dela permaneceu ao lado do Império, durante a Farroupilha. Este, portanto, era um grupo cuja cooptação era fundamental ao equilíbrio político na Província e também na afirmação da hegemonia política do Império Brasileiro no Prata. Os anos finais da década de 1840, quando emergiam novos conflitos na região, impunham ao Governo Imperial, e a presidência da Província, a necessidade de articulação política com estes milicianos, que seriam convocados a marchar contra Oribe e Rosas. As concessões de terras vinham funcionando como um meio de cooptação política da província. Neste mesmo sentido, é através da grilagem que vão se estreitar os laços entre uma parcela da elite gaúcha e a administração política do Império.

5 A grilagem na expansão da fronteira colonial

A grilagem é a grande marca da ocupação territorial no Brasil. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a imigração foi um incentivo a este processo, na medida em que valorizou consideravelmente as áreas florestais da Província. A fundação da Colônia de São Leopoldo em 1824 veio desencadear um *rush fundiário* na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entre 1824 e 1829 esta colônia recebeu mais de 5 mil imigrantes alemães²⁵. Este é um número considerável, num período em que a população total da Província era estimada em 100 mil habitantes, e a Campanha, cujos fazendeiros lideraram a Farroupilha, contava com pouco mais de 20 mil habitantes²⁶. No período de 1830 a 1844, houve um interregno no processo imigratório na Província, esse ocorreu em função da Lei do Orçamento de 1830, a qual cancelou os recursos destinados à imigração, e a Revolta Farroupilha, que durante um período de 10 anos consumiu a maior parte dos recursos da Província.

²⁵ AMSTAD, 1999, op. Cit. p. 75.

²⁶ GOLIN, Luiz Carlos. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Após o Tratado de Ponche Verde (1845), o Rio Grande do Sul recebeu uma nova onda imigratória. Esta nova leva de imigrantes foi destinada a antiga Colônia de São Leopoldo, a Colônia Feliz, fundada em 1846 no Vale do Caí, e a Colônia de Santa Cruz inaugurada em 1849 no Vale do Rio Pardo. Neste mesmo período a Presidência da Província estudava a criação de uma colônia em Taquari e outra no Município de Cachoeira do Sul. Mas, se por um lado o Governo Provincial e, mais tarde, o Governo Imperial, impulsionaram este processo, por outro lado, foi a iniciativa particular que promoveu a expansão do complexo colonial. Entre 1850 e 1880 foram criadas 52 colônias de imigração, das quais, 87% eram de iniciativa particular, e sem considerar um grande número de picadas e linhas coloniais, comercializadas nas adjacências das colônias oficiais e particulares. Este *rush fundiário* intensificou a grilagem das terras devolutas na Província do Rio Grande do Sul. A colonização foi o êxito da grilagem, e a sua própria afirmação. Para exemplificar este processo, cito exemplos de quatro municípios inseridos no processo imigratório.

O vale do Sinos, foi a região que recebeu a primeira colônia de imigração alemã. Os mais de 5 mil imigrantes aí estabelecidos entre 1824 e 1829, logo expandiram a área da Colônia de São Leopoldo. A nova onda imigratória iniciada após o término da Farroupilha intensificou o comércio de terras no Vale dos Sinos. Uma das figuras mais interessantes entre os colonizadores desta região foi o Coronel Francisco Pedro Abreu, o Barão de Jacuí. A historiografia sul-rio-grandense ainda não trabalhou a biografia deste miliciano, o que contribuiria significativamente à análise da história política da Província. O Barão do Jacuí comandou um dos batalhões imperiais na repressão aos farroupilhas. Homem de confiança do Imperador, e agraciado com um título de nobreza, ele rapidamente se apropriou de um grande número de áreas de terras ao longo dos rios Sinos e Caí, além de fazendas em outros municípios gaúchos. A principal atividade do Barão foram os negócios, e negociatas, em torno de áreas de terras. E parte delas utilizando títulos de concessão de origem duvidosa. Vale dos Sinos também atuou nos negócios de terras João Pedro Schmidt. Este era um imigrante, que enriqueceu com o comércio, sendo considerado o homem mais rico de São Leopoldo, ao longo da década de 1840. Schmidt permaneceu ao lado do Império, durante a Farroupilha, o que lhe propiciou uma série de vantagens políticas. Entre elas a conivência da Presidência da Província com a grilagem de

uma extensa área próxima a Fazenda Padre Eterno, loteada e comercializada por ele neste período²⁷. A grilagem é um fenômeno que se manifestou com maior intensidade no Município de Taquari.

Situado no vale mais fértil do Rio Grande do Sul, Taquari era uma fronteira de expansão aberta às migrações internas e a uma nova onda imigratória. O comércio de terras despertou a atenção dos homens de negócios e fazendeiros de Taquari. A colonização particular iniciou antes mesmo da fundação da Colônia Provincial Monte Alverne em 1859. Ainda em 1853 foram vendidas as primeiras porções de terras nas áreas nas quais seriam criadas as colônias Mariante, Carneiros e Estrela. Os registros de transmissões do Primeiro Tabelionato de Taquari mostram a intensidade das vendas de lotes coloniais neste período. Após a fundação da Colônia da Estrela em 1856, por Vitorino José Ribeiro, o comércio de terras sofreu uma rápida expansão. Este crescimento também foi acompanhado pela grilagem das terras florestais da região, rica em erva-mate e abrigando um grande número de pequenos posseiros que, pela Lei de Terras, teriam direito a elas. Os Azambuja, os Ribeiro, Bento Rodrigues da Rosa, Joaquim Alves Xavier, Luiz Alves de Oliveira Bello, entre outros, grilaram grandes extensões de terras públicas, nas quais criaram, ou expandiram, suas colônias de imigração²⁸.

²⁷ MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2003.

²⁸ CHRISTILLINO, 2008, op. Cit.

A própria Câmara de Taquari denunciou a Presidência da Província as apropriações fraudulentas que vinham ocorrendo na área serrana do Município. Não tardou para sofrer a represália do grileiros locais, como encontra-se nesse trecho da correspondência da Câmara Municipal de Taquari:

Havendo esta camara requerido a repartição das terras publicas com despacho dessa Presidencia certidão das diversas peças que constão daquella Repartição para com ella mostrar a usurpação que tem havido em terras do Governo, isto em princípios de ano findo, não tendo ainda obtido esse documento, p. que o cheffe da dita Repartição dissera que só para o anno poderia ser elle extrahido; esta Municipalidade vem rogar a V. Ex^a expedir ordem para que semelhante documento seja extrahido e remettido a ella até princípios de Janeiro fucturo, p. q. delle necessita para defender-se de uma acusação que soffro.²⁹

O documento solicitado pela Câmara, não foi enviado pela Repartição Especial de Terras Públicas. Este órgão, cuja burocracia era indicada diretamente pelo presidente da província, não iria se contrapor a política de cooptação empreendida pela presidência. O executivo provincial neste momento era comandado pelos conservadores, e enfrentando conturbações políticas com os liberais da Campanha. Era mais fácil vencer a *resistência política gaúcha* pelas alianças, do que pelas armas. Desta forma, os interesses dos grileiros do Alto Taquari não seriam barrados. Um núcleo conservador e, principalmente, de chefes da Guarda Nacional, com grande poder de arregimentação de soldados durante a Guerra do Paraguai. Além do mais, o Estado não desalojou os colonos das terras oriundas de grilagem, os quais seriam os principais atingidos pela punição das fraudes, e não os seus autores. Assim estava aberto o caminho à ação dos grileiros locais.

Em Rio Pardo o clientelismo consagrou a grilagem. Como vimos anteriormente, mais de 22 mil hectares foram “concedidos” aos membros da elite local e aos ocupantes de altos postos da burocracia da Província, exatamente na região na qual estava sendo expandida a Colônia Santa Cruz. Esta “doação”, legalizou, aos “beneficiários”, um patrimônio fundiário superior a 23:000\$000 réis. A Câmara de Rio Pardo informou, em 1847, a descoberta de um novo caminho para o planalto, em meio aos matos devolutos. Mas, nos registros paroquiais de terras de Cruz Alta, aparecem várias declarações de

²⁹ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1870 n° 16. AHRS:

posses, ao longo deste trajeto, as teriam sido ocupadas no início da década de 1840, alguns anos antes da própria abertura da mesma estrada. Cruz Alta, não foi contemplada com colônias de imigração durante o Império. No entanto, o projeto da presidência da província em criar uma colônia na região do planalto e a articulação política da Câmara em torno da sua fundação, acelerou a apropriação das terras florestais deste município.

A Câmara de Cruz Alta já havia solicitado a criação de uma colônia no Distrito de Soledade, em 1856. Em 1864 o Presidente da Província, Esperidião Barros Pimentel, expôs um projeto de criação de uma colônia no vale do Ijuí, próximo da Vila de Cruz Alta, numa área de uma légua quadrada³⁰. O projeto não foi aprovado pela Assembléia. Já em 1877, a Câmara de Cruz Alta apresentou uma proposta de colonização do Vale do Ijuí, dispondo de 115 lotes coloniais para distribuir gratuitamente a imigrantes³¹. A proposta de criação de uma colônia no Vale do Ijuí não foi aceita pelo Ministério da Agricultura, em março de 1878, sob a alegação de que a ausência de um mercado consumidor impediria o desenvolvimento da colônia. O Jornal Riograndense denunciou que, uma vez instalado, este núcleo traria o inconveniente da introdução do contrabando, em função da sua proximidade com o rio Uruguai³². Apesar da Colônia Ijuí ter sido criada somente em 1890, as apropriações em torno das terras devolutas deste vale foram intensificadas ao longo da década de 1870. O vale do Ijuí aparece em poucos registros paroquiais de terras de Cruz Alta, mas esteve no centro das disputas que originaram processos de legitimações de terras. Quando a Câmara sugeriu o estabelecimento de uma colônia de imigração no Distrito de Soledade, em 1856, as suas terras foram rapidamente declaradas nos registros paroquiais de terras. Curiosamente, estas “posses”, teriam sido iniciadas em 1849, ou seja, um ano antes da promulgação da Lei de Terras, que proibia este tipo de apropriação. Já no caso do Ijuí, cuja disputa foi muito maior, a base legal utilizada para grilar estas terras foi o processo de legitimação de terras, que tramitava pela Repartição Especial de Terras Públicas e era julgado pelo presidente da Província.

³⁰ PIMENTEL, Esperidião Eloy de Barros, *Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Provincial*. Porto Alegre Typ. do Correio do Sul, 1864, p. 31.

³¹ Correspondência da Câmara Municipal de Cruz Alta nº 568 maço 116, AHRS.

³² ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. 2.ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio, 1980.

6 Considerações finais

O processo imigratório transformou, consideravelmente, a estrutura econômica e política da Província do Rio Grande do Sul. A colonização esteve inserida numa conjuntura complexa da sociedade brasileira no Período Imperial. Esse processo fazia parte de um projeto político, cuja meta era a constituição de uma base de apoio alternativa aos estancieiros da Campanha Gaúcha, que mostraram ao Império os seus planos separatistas, não deixando de ser esta uma grande ameaça a União. No entanto, foi uma parcela da elite sul-rio-grandense que permitiu a expansão deste processo, ao assegurar recursos na Assembléia Provincial e nas Câmaras Municipais. Um grupo formado por burocratas, membros das Companhias de Colonização, comerciantes e, principalmente, fazendeiros das regiões florestais que enfrentavam a crise da erva-mate e a concorrência da produção dos pequenos posseiros e dos colonos imigrantes, cujas lavouras estavam baseadas na mão-de-obra familiar, que alavancou o processo de imigração, o que proporcionou a formação de grandes fortunas familiares. Sua ação foi fundamental ao próprio êxito do projeto de imigração do Governo Imperial. O sistema de contrato e a fundação de colônias particulares de imigração foram mais eficazes na expansão da colonização, demonstrando, com isso, que eram muito mais eficazes na expansão do complexo colonial do que a Diretoria de Terras Públicas e Colonização.

A colonização particular gerou lucro e fortuna a elite sul-rio-grandense. As terras dos vales do Sinos, Caí e Taquari rapidamente foram valorizadas. A possibilidade de venda a preços altos incentivou a grilagem das terras públicas destas localidades. Uma prática já existente, mas que foi acentuada pela colonização particular. Milhares de hectares de terras públicas passaram para as mãos dos agentes da colonização através de fraudes. Uma prática que recebeu a conivência da Presidência da Província e da Diretoria de Terras Públicas e Colonização. Isto, na medida em que a burocracia provincial estava atrelada a uma estrutura política baseada no clientelismo, buscando preservar e ampliar seus espaços neste contexto. O que os ocupantes dos altos postos burocráticos provinciais buscavam, era uma cadeira na Assembléia. Enquanto que o presidente de Província, geralmente almejava uma cadeira no Senado. O apoio da elite grileira seria fundamental para isto. Nenhum grileiro foi punido com o ressarcimento aos cofres públicos das áreas vendidas a imigrantes. Da mesma forma, os colonos não perderam os

seus lotes, quando adquiridos ilegalmente. Enquanto as áreas incorporadas pelos fazendeiros às suas atividades poderiam ser requeridas em algum momento pela Província, ou por outro interessado, os lotes negociados com os imigrantes, não trariam nenhum problema após a sua venda. Dessa forma, a colonização foi o êxito da grilagem.

Referências

- AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul-1824-1924*. Tradução: Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: Lei de Terras, imigração e exclusão dos posseiros no Vale do Taquari*. São Leopoldo: OIKOS/ Ed. da UNISINOS, 2008.
- CUNHA, Jorge Luís. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.
- FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: A Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2003.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GOLIN, Luiz Carlos. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos*. Tese de Doutorado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2003.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura / Arquivo do Estado, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PICCOLO, Helga Iracema L. *Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.

ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. 2.ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio, 1980.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, vol. 1.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Ed. do Senado, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.